

**ARTIGO**

Recebido em:  
15/05/2015

Aceito em:  
26/02/2016

*Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 21, n. 46, p. 45-58, mai./ago., 2016. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n46p45

## **O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação**

### School library's education roll in the context of the National e Education Plan

Judson Daniel Oliveira da **SILVA**

Discente do Curso de Biblioteconomia (UFRN) - [judsondaniel@hotmail.com](mailto:judsondaniel@hotmail.com)

Jacqueline de Araújo **CUNHA**

Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFRN) - [jacquelinecunh@gmail.com](mailto:jacquelinecunh@gmail.com)

#### **Resumo**

Objetivou-se averiguar como se insere a biblioteca escolar e o bibliotecário no Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado através da Lei Federal 13.005/2014. O estudo se justifica pelo fato de que os atuais paradigmas sociais, educacionais e tecnológicos demandam do cidadão competências em busca, recuperação, avaliação e uso da informação, registrada em seus variados suportes, para a resolução de problemas, e que o ensino de tais competências é inerente ao profissional bibliotecário. Além disso, a necessidade de refletir, a luz da literatura, as contribuições do bibliotecário na biblioteca escolar tendo em vista a lei federal nº12.244 que torna obrigatória a presença desse profissional em todas as bibliotecas do país até o ano de 2020. Buscou-se na revisão bibliográfica o aporte teórico pelo qual se esclarece o que se entende por biblioteca escolar e seu papel educativo. Buscou-se também, na análise de conteúdo da Lei Federal 13.005, os aspectos relativos a biblioteca e bibliotecário contemplados no PNE. Considera-se, à luz dos resultados da pesquisa, que o letramento informacional consiste num processo pelo qual se supre as demandas sociais por competências em informação e que a biblioteca é entendida, no contexto das políticas nacionais de educação como um espaço educativo e cultural que fomenta a qualidade da educação básica.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação. Papel educativo da biblioteca. Letramento informacional.

#### **Abstract**

This study aimed to find out how the school library and the librarian are contextualized in the National Education Plan (PNE), promulgated by Federal Law 13,005 / 2014. The fact that the current social, educational and technological paradigms require citizen skills in search, retrieval, evaluation and use of information, recorded in their various media, to solve problems justified the investigation's purpose, and that the teaching of such skills is inherent to the librarian. Moreover, the need to reflect in the literature, librarian contributions in the school library in order to Federal Law N° 12.244, that makes mandatory the presence of this professional in all the country education systems, by the year 2020. Sought in the literature review the theoretical framework by which clarifies what it means by school library and its educational role. Also sought, through Federal Law 13.005 content analysis, the aspects of the library and the librarian included in the PNE. It is considered, on the results of the research, that information literacy is a process by which it meets social demands for information skills and that library is seen, through the PNE, as an educational and cultural space that fosters the quality of basic education.

**Keywords:** National Education Plan. Library education roll. Information literacy.



v. 21, n. 46, 2016  
p. 45-58  
ISSN 1518-2924



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## **1 INTRODUÇÃO**

Dentre todas as tipologias de bibliotecas existentes na atualidade, a biblioteca escolar é a que tem a função primordial de preparar seus frequentadores para o uso das demais. Infelizmente, a realidade brasileira em geral apresenta um quadro bastante diferente daquele que poderíamos considerar o ideal. O que se observa na maioria dos casos, em especial quando se trata das bibliotecas de escolas públicas, são acervos defasados e sem nenhuma gestão; profissionais despreparados, na maioria dos casos professores readaptados; e espaço físico inadequado e mal equipado.

Porém, verifica-se no país a criação e aprovação de instrumentos políticos que podem reverter esse quadro, isto é, a questão vem sendo, paulatinamente, tratada pela esfera política, o que leva-se a crer num futuro promissor para esta instituição. Isso refere-se Lei nº12.244 aprovada em 2010, que estipula o prazo 10 anos, a partir daquela data, a universalização da biblioteca nas instituições de ensino, também conhecida como Lei da Biblioteca Escolar. Mais recentemente, em consonância com a referida Lei, foi aprovada uma outra, com igual período de implementação, a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e também norteia os planos estaduais e municipais.

Nessa perspectiva, objetivou-se verificar como o Plano Nacional de Educação (PNE) aborda a função da biblioteca e do bibliotecário no contexto escolar. Tal objetivo se justifica pelo fato de que as bibliotecas são, notadamente, importantes ambientes escolares pois trata-se do espaço responsável, dentre outras coisas, pela formação do usuário de informação. Em outras palavras, é na biblioteca escolar que devem ser desenvolvidas as competências de busca, recuperação, avaliação e uso da informação, registrada em seus variados suportes, para resolução de problemas e construção do conhecimento, as quais são fortemente demandadas pela sociedade hodierna. Além disso, apontar, baseado na literatura da área, como se distribui os papéis do Bibliotecário e do Professor no âmbito da Biblioteca Escolar.

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, em que buscou-se na literatura científica o aporte teórico, a luz do qual observaremos os aspectos relativos a biblioteca e ao bibliotecário presentes no PNE, como forma de esclarecer o que se entende por biblioteca escolar e seu papel educativo. No que se refere a pesquisa documental, foi empreendida uma análise de conteúdo tanto da Lei Federal 13.005/2014, pela qual se institui o PNE, quanto dos dispositivos normativos indicados pela referida lei que se mostraram pertinentes ao objetivo do estudo, sendo eles a Lei Federal 12.244/2010, que institui a universalização das bibliotecas nos sistemas de ensino e o Plano Nacional do Livro e da Leitura.

Verificou-se com este estudo que a biblioteca escolar já dispõe de aparato legal que legitime as ações profissionais, em especial do bibliotecário, nos seus ambientes. A literatura na área de Biblioteconomia aponta caminhos para seu funcionamento e atuação conjunta do bibliotecário e do professor na formação de leitores e cidadãos consumidores críticos de informação.

## **2 O PAPEL EDUCATIVO DA BIBLIOTECA ESCOLAR**

De acordo com Silva (2008) os primeiros livros que chegaram ao Brasil vieram com os jesuítas. As obras serviam de instrumentos que auxiliavam na catequese dos índios, assistência religiosa, ensino e educação dos colonos. Os acervos constituíam o que na época denominava-se livraria, hoje bibliotecas. Nesta perspectiva, percebe-se que o livro e a biblioteca, desde tempos remotos, fizeram parte do processo de ensino-aprendizagem.

Na atualidade, entende-se por biblioteca escolar:

[...] um dispositivo informacional que: conta com espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar: o acervo; os ambientes para serviços e atividades para usuários; os serviços técnicos e administrativos. possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez; fornece acesso a informações digitais (internet); funciona como espaço de aprendizagem; é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar. (CONSELHO...; GRUPO..., 2010, p. 9)

Com isso, nota-se que a biblioteca escolar pode ser vista como um ambiente que reúne diferentes fontes de informação, cabendo aos bibliotecários utilizar desses materiais para empreender serviços informacionais à comunidade escolar. O documento, cujo trecho foi reproduzido acima, também destaca a necessidade de recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de serviços essenciais ao seu bom funcionamento, dentre eles Bibliotecários e profissionais da Educação. Os primeiros seriam os responsáveis pelas atividades relativas tanto a gestão dos seus acervos, quanto a prestação de serviços de informação que auxiliem no processo de ensino-aprendizado escolar, dando suporte as atividades de sala de aula, como também no desenvolvimento de programas de letramento informacional para formação de usuários de informação nos diversos níveis da vida escolar. Por outro lado, os professores e pedagogos tornam-se também importantes para proposição de ações de mediação e incentivo à leitura. Tais atividades caracterizam fortemente o papel educativo da biblioteca e dos profissionais que nela atuam.

Além disso, Bicheri e Almeida Júnior (2013) reforçam o papel do bibliotecário escolar como um agente importante na produção do projeto pedagógico de instituições de ensino, em colaboração com demais agentes da comunidade escolar. A ampliação do papel educativo da biblioteca exige, portanto, a colaboração constante entre bibliotecários e professores (CAMPELLO, 2010).

Porém, esta situação idealizada pelos autores referenciados, nem sempre é observada na prática pois depende de políticas e ações governamentais que viabilizem orçamentos e recursos humanos, tal como acontece com as Instituições de Ensino Superior (IES), em que as bibliotecas são condição de funcionamento e item de avaliação.

Nesse sentido, percebe-se que há um movimento político em curso, haja vista a aprovação de leis e políticas educacionais preocupadas com essas instituições. A exemplo disso citamos a Lei Federal 12.244 (2010), que tratando da universalização das bibliotecas escolares nos sistemas de ensino, instaura a obrigatoriedade dessas unidades informacionais, devidamente geridas por bibliotecários, em todo ambiente escolar brasileiro a partir do ano de 2020 (BRASIL, 2010).

Acrescente-se a isso os recém aprovados Plano Nacional de Educação (2014) e por conseguinte os planos estaduais e municipais no Brasil inteiro, todos mantendo as diretrizes estabelecidas pelas leis em vigor no tocante as bibliotecas de instituições de ensino básico.

Diante do exposto, convém ressaltar que, além das possibilidades de atuação do profissional bibliotecário no contexto escolar citadas anteriormente, este profissional pode contribuir também com o letramento informacional da comunidade escolar, em especial dos usuários das bibliotecas, o que segundo Campello (2010) representaria a ampliação do papel educativo do bibliotecário.

Para Dudziak (2003, p. 28) o letramento informacional pode ser definido como um “processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais,

atitudinais e de habilidades necessárias a compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica”. Gasque (2010, p. 83) reforça essa ideia ao afirmar que o termo se refere a “um processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando a tomada de decisão e à resolução de problemas”.

Assim sendo, entendemos que o letramento informacional trata de habilidades que possibilitem o aprendizado contínuo e independente através do uso de recursos informacionais para resolução de problemas e como forma de fomentar a capacidade, do cidadão, de exercer suas responsabilidades civis. Além disso, deve ser visto como um processo que insere as habilidades informacionais demandadas pela sociedade da informação no currículo escolar, intensificando a relação profissional entre professores e bibliotecários, e entre biblioteca e sala de aula, através da realização de atividades que compõem programas de letramento informacional.

Ressalta-se que tanto a gestão de acervos informacionais, de acordo com normas bibliográficas que padronizam e auxiliam a busca e recuperação da informação, quanto a prestação de serviços de informação que fomentem a capacitação de estudantes na busca, seleção, avaliação, organização e uso da informação em seus variados suportes, são competências naturais do profissional bibliotecário.

Contudo, Russo (2012, p. 67), em estudo acerca da memória do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, denuncia a ausência de bibliotecários nas bibliotecas escolares, espaços atualmente ocupados, quase que exclusivamente, por profissionais readaptados, ou em desvio de função, muitas vezes “[...] sem nenhuma formação para o desenvolvimento das atividades requeridas para complementar a educação infantil e juvenil” (RUSSO, 2012, p. 67).

A substituição de bibliotecários por funcionários readaptados, como o relatado por Russo (2012), compromete, em parte, a real função da biblioteca escolar, pois impossibilita a prestação de serviços de informação que capacitem os estudantes no uso da informação, focando em geral na formação de leitores.

Nessa perspectiva, entendemos ser também preocupante que estes profissionais da educação, na ausência de bibliotecários, atuem como gestores de biblioteca, tendo em vista não possuírem a formação necessária ao desenvolvimento dessa atividade. Além disso, limita a oferta de atividades relativas ao papel educativo da biblioteca àquelas que tratam unicamente do incentivo à leitura, negligenciando assim a educação de usuários da informação, ou seja, negligenciando as possíveis contribuições do letramento informacional para o processo de ensino-aprendizagem escolar.

Em síntese, entendemos que tanto bibliotecários quanto pedagogos não são, isoladamente, capazes de promover de forma eficiente o papel da biblioteca escolar, mas a atuação conjunta e em colaboração pode potencializar as contribuições da biblioteca escolar na formação dos cidadãos e na construção de uma sociedade mais letrada.

Kuhlthau (2013) e Gasque (2012) apresentam sugestões de conteúdos que podem ser trabalhados através de serviços de informação no ambiente escolar, com a cooperação entre professores e bibliotecários, inseridos em programas de letramento informacional. As autoras, observando o trabalho de Piaget sobre as fases do desenvolvimento cognitivo humano, indicaram conteúdos de letramento informacional em categorias que respeitam cada nível da educação básica: Educação Infantil; Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II; e Ensino Médio.

No caso da Educação Infantil os conteúdos propostos pelas autoras se limitam à conscientização dos estudantes quanto às atitudes e os valores necessários ao uso dos recursos informacionais físicos disponibilizados pela biblioteca, focando na responsabilidade de cada estudante quanto à manutenção e

organização do ambiente.

Já os conteúdos propostos pelas autoras para a primeira etapa do Ensino Fundamental representam uma introdução ao processo de busca e recuperação da informação em suportes físico e digital. As autoras concentram nessa etapa a maior quantidade de conteúdos, que tratam desde o processo de busca de materiais no catálogo (KUHLTHAU, 2013) ao uso de e-mail eletrônico (GASQUE, 2012).

Quanto à segunda etapa do Ensino Fundamental, as autoras sugerem o início do contato com técnicas de uso da informação. Para tanto, indicam, por exemplo, o trabalho com jornais e revistas para fomentar o entendimento de que esses veículos publicam, em geral, informação sobre atualidades (KUHLTHAU, 2013), e o primeiro contato com as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como ferramenta de padronização dos trabalhos escolares (GASQUE, 2012).

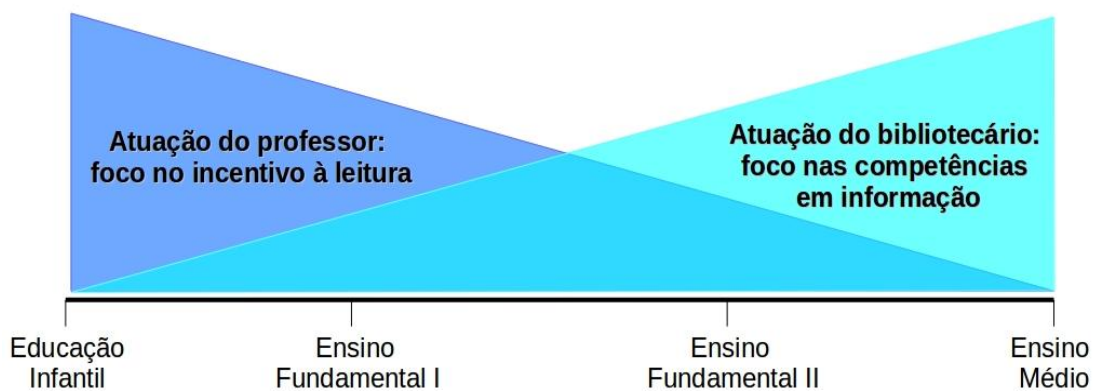
Por fim, os conteúdos sugeridos para o Ensino Médio, propostos apenas por Gasque (2012), apresentam uma introdução às técnicas de produção do conhecimento. A autora sugere, por exemplo, a confecção de mapas conceituais, elaborar técnicas de estudo, além de utilizar, de fato, as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, de resumos e de referências da ABNT nos trabalhos escolares (GASQUE, 2012).

Ressalta-se que a cada nível escolar as autoras além de apresentar novos conteúdos de letramento informacional, também sugerem o refinamento de conteúdos apresentados nas etapas anteriores através de atividades que ampliem as necessidades de informação.

Observa-se que o papel educativo da biblioteca, visto através dos conteúdos de letramento informacional propostos por Kuhlthau (2013) e Gasque (2012), e também através da necessidade de se incentivar a leitura, pode ser dividido em quatro categorias básicas, cada uma referente a um nível escolar específico. Assim, acredita-se que na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I se deva buscar a capacitação dos estudantes em, respectivamente, absorção de valores e atitudes necessárias ao desenvolvimento escolar e o processo de busca e recuperação da informação. Ao passo que para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio são propostos, respectivamente, o uso da informação para a solução de problemas e a introdução à produção do conhecimento científico.

Diante disso, supõe-se que professores e bibliotecários, embora trabalhando em regime colaborativo nas bibliotecas escolares, têm funções relativamente delimitadas no papel educativo da biblioteca, definido como atividades de incentivo à leitura e de prática de competências em informação. E ainda que as bibliotecas escolares exercerão, em completude, seu papel educativo, apenas se as competências de cada profissional forem respeitadas nos programas de atividades.

Acredita-se que o papel educativo da biblioteca demanda, na Educação Infantil, maior atuação dos professores como mediadores de leitura. E ainda que a demanda por serviços de incentivo à leitura diminuem paulatinamente nos demais níveis escolares, uma vez instaurado no cotidiano dos estudantes, desde a educação infantil, o hábito de leitura. A atuação do bibliotecário, por sua vez, se inicia ainda incipiente na Educação Infantil, ao passo que cresce paulatinamente nos níveis escolares posteriores, tendo como ápice o Ensino Médio, conforme podemos observar na figura abaixo (Figura 1).



**Figura 1:** Atuação de bibliotecários e professores no papel educativo da biblioteca  
**Fonte:** Elaboração própria (2016).

Esse crescimento se dá pelo fato de que, de acordo com os conteúdos visualizados anteriormente, a complexidade das necessidades de informação, demandadas em programas de letramento informacional, são ampliadas a cada nível escolar, exigindo assim maior refinamento técnico nas atividades de busca, recuperação, avaliação e uso da informação para a solução dos problemas abordados nas atividades.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Campello et al. (2013) em publicações de relatos de experiência de profissionais que atuam em biblioteca escolar, apontou para atividades de incentivo à leitura como sendo as mais recorrentes na bibliografia analisada. O referido estudo concluiu que

O tradicional envolvimento da biblioteca escolar com a leitura reflete na quantidade de estudos desta categoria que é a mais numerosa (17 relatos). Por outro lado, a preocupação em entender melhor a questão da pesquisa escolar, categoria que vem em segundo lugar em número de relatos (15) demonstra que a área está buscando conhecimento para embasar sua ação educativa que se amplia para além da questão da leitura, e incorpora questões ligadas à competência informacional. Observa-se que o último estudo sobre leitura é de 2007, enquanto que o último sobre pesquisa escolar é de 2011, podendo ser isso um sinal de mudança de foco dos pesquisadores. (CAMPELLO *et al.*, 2013, p. 146)

Esse sinal de mudança de foco da atuação de bibliotecários, saindo do incentivo à leitura para a educação de usuários da informação, mostra que o papel do bibliotecário no ambiente escolar está se moldando em consonância à ampliação do papel educativo da biblioteca promovido pelo movimento do letramento informacional. E ainda que tal mudança respeita as competências dos professores mediadores da leitura no ambiente da biblioteca escolar.

Assim sendo, defende-se que as bibliotecas têm vital importância nos ambientes escolares e são, assim como a sala de aula, ambientes que funcionam como espaços de produção do conhecimento. Contudo, a concretização do papel educativo da biblioteca será alcançado apenas com a atuação colaborativa de bibliotecários e professores e que a ausência de um desses profissionais pode acarretar a negligência de conteúdos importantes para o processo de ensino-aprendizagem escolar.

Com isso, percebe-se o papel educativo da biblioteca com a prestação de serviços de incentivo à leitura e de letramento informacional, justificando assim a menção, além dos profissionais da educação, também do bibliotecário no Plano Nacional de Educação.

### 3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A BIBLIOTECA ESCOLAR

O PNE é um ato legislativo, previsto na Constituição Federal, e tem vigência de dez anos. O Plano em vigor foi promulgado através da Lei Federal 13.005 em 25 de junho de 2014. A norma surge diante da necessidade de regular os sistemas nacionais de educação de acordo com as demandas sociais, instaurando 20 metas para a melhoria da qualidade dos referidos sistemas.

Para cada meta estabelecida, o documento apresenta estratégias para seu alcance, as quais variam entre de 6 a 36. No Quadro 1, apresentado a seguir, foi realizada uma síntese dessas metas, as quais estão categorizadas nas seguintes temáticas: universalização da educação básica, alfabetização, fomento da qualidade da educação básica, interiorização da educação, erradicação do analfabetismo, ampliação do acesso à educação profissional, ampliação do acesso à educação superior, elevação da qualidade da educação a partir da formação docente, ampliação do acesso à educação em nível de pós-graduação, valorização dos profissionais da educação, gestão escolar e ampliação dos investimentos na educação pública e gratuita. Estas são as principais questões tratadas no PNE.

**Quadro 1:** Metas do Plano Nacional de Educação por temáticas.

TEMÁTICAS	METAS
Universalização da educação básica	<p><b>Meta 1:</b> universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.</p> <p><b>Meta 2:</b> universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE</p> <p><b>Meta 3:</b> universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</p> <p><b>Meta 4:</b> universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.</p>
Alfabetização	<p><b>Meta 5:</b> alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental</p>
Fomento da qualidade da educação básica	<p><b>Meta 6:</b> oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.</p> <p><b>Meta 7:</b> fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.</p>
Interiorização da educação	<p><b>Meta 8:</b> elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE</p>
Erradicação do	<p><b>Meta 9:</b> elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou</p>

analfabetismo	mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional
Ampliação do acesso à educação profissional	<b>Meta 10:</b> oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. <b>Meta 11:</b> triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Ampliação do acesso à educação superior	<b>Meta 12:</b> elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Elevação da qualidade da educação a partir da qualificação docente	<b>Meta 13:</b> elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. <b>Meta 15:</b> garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do <a href="#">art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</a> , assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. <b>Meta 16:</b> formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Ampliação do acesso à educação em nível de pós-graduação stricto sensu	<b>Meta 14:</b> elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
Valorização dos profissionais da educação	<b>Meta 17:</b> valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. <b>Meta 18:</b> assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do <a href="#">inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal</a> .
Gestão escolar	<b>Meta 19:</b> assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
Ampliação de investimentos na educação pública e gratuita	<b>Meta 20:</b> ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

**Fonte:** Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014)



Pelo fato do PNE ser amplo e abranger vários aspectos dos sistemas de educação requerendo assim vários estudos que possam abranger sua totalidade, optou-se no presente estudo limitar a pesquisa as metas e estratégias que envolvam explicita e implicitamente a biblioteca ou o bibliotecário, os quais entendemos estarem inseridos nos sistemas de ensino e no próprio PNE. Assim foram identificadas as metas 6 e 7, as quais apresentam 9 e 36 estratégias respectivamente. Desse modo, para fins de apresentar a forma como o documento trata o assunto, foi elaborado o quadro (Quadro 2) no qual são apresentadas as metas e estratégias que mencionam a biblioteca escolar, conforme observa-se a seguir.

**Quadro 2:** Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal Nº13.005/2014) que envolvem explicitamente a biblioteca e o bibliotecário.

METAS	ESTRATÉGIAS
<p>Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;</b></li> <li>• <b>Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;</b></li> </ul>
<p>Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir em 2021 as médias nacionais para o IDEB 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5, para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para <b>implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais</b>, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;</li> <li>• <b>Promover</b>, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a <b>capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias</b> e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;</li> </ul>

**Fonte:** Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) (grifo nosso)

A partir do que foi apresentado no quadro, entendemos que as metas que referem-se a biblioteca no contexto escolar estão relacionadas com o fomento da

qualidade da educação básica. São percebidos como equipamento público de educação e cultura importantes no espaço escolar. Além disso, fica mais patente na meta 7 a relevância do trabalho conjunto entre professores e bibliotecários enquanto mediadores da leitura. Esta estaria no bojo das estratégias para elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Esse índice é construído a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que tem por objetivo avaliar a educação básica brasileira. O SAEB é composto por três avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/PROVA BRASIL); e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). A ANEB se aplica de modo amostral à alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, além do 3º ano do Ensino Médio, tendo como objetivo averiguar a qualidade e eficiência dos sistemas de educação brasileiros. A ANRESC, também conhecida como Prova Brasil, por sua vez, é aplicada apenas nas redes públicas de ensino aos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. Por fim, a ANA, que também se trata de uma avaliação censitária, é aplicada unicamente aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas e se restringe a avaliação dos níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa.

Tendo em vista que o IDEB é formulado a partir de avaliações que buscam averiguar a apreensão de conteúdos curriculares, e que o PNE propõe a implementação de bibliotecas escolares como forma de fomentar os resultados obtidos através dessas avaliações, podemos perceber, à luz do PNE, a biblioteca escolar como espaço de cooperação com a sala de aula no processo de ensino-aprendizagem no que se refere à transmissão dos conteúdos dos currículos vigentes.

Nessa perspectiva, vislumbra-se uma coerência política com o plano e a legislação em vigor, em especial a Lei Federal 12.244, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Trata-se, portanto, de um espaço necessário na educação básica. Além disso, percebemos que o plano menciona, mesmo que indiretamente, a importância da biblioteca como ambiente de democratização do acesso aos diferentes acervos que são suporte a construção do conhecimento, como é o caso das metas 16 e 19, que apresentamos no quadro abaixo (Quadro 3).

**Quadro 3:** Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal Nº13.005/2014) que envolvem implicitamente a biblioteca e o bibliotecário

META	ESTRATÉGIAS
<p>Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;</li> <li>• Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.</li> </ul>
<p>Meta 19: Assegurar condições,</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular a participação e a consulta de</li> </ul>

<p>no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</p>	<p>profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;</p>
--	--

**Fonte:** Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

A partir da leitura das referidas metas, relacionamos ao fato da menção dos acervos e da gestão escolar, a referência do plano à biblioteca e ao bibliotecário, mesmo que tenha ocorrido de forma indireta.

Neste sentido, para o alcance da meta 16, o PNE institui estratégias de ampliação de acervos bibliográficos, incluindo materiais em Libras e Braille, disponíveis para os professores. Já que a biblioteca configura-se como dispositivo informacional responsável pela organização e disseminação de acervos bibliográficos, pode contribuir para a execução da referida estratégia.

Uma outra estratégia instituída pelo PNE para o alcance da décima sexta meta, como visto no quadro acima, é fomentar a capacitação de professores e professoras em atividades do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). O referido plano prevê, dentre outras coisas: a implementação de novas bibliotecas municipais e escolares, com acervos que atendam minimamente as diretrizes impostas pela UNESCO; criação e manutenção de novos espaços de leitura, incluindo bibliotecas circulantes e atividades de leitura em ambientes públicos como praças e parques; o que reforça a presença das bibliotecas e dos bibliotecários como agentes do sistema educacional.

Além disso, cabe ressaltar que o PNLL enfatiza a incorporação e uso de tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na “[...]formulação e aprimoramento de técnicas que visem a facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2006, p. 21). Nessa perspectiva, percebe-se mais uma vez a participação do profissional da informação no desenvolvimento de programas letramento informacional para o desenvolvimento de competências para o uso da informação em ambientes digitais.

Por fim, a décima nona meta do PNE busca assegurar condições para a gestão democrática das escolas. Destaca-se nas estratégias implantadas para o alcance de tal meta, o estímulo a participação dos diversos agentes da comunidade escolar na elaboração dos programas político-pedagógicos e currículos de suas respectivas escolas. Mesmo, não havendo menção ao bibliotecário, entendemos que este profissional encontra-se inserido no âmbito da comunidade escolar e é portanto um agente que deve participar de forma ativa na gestão democrática dos ambientes escolares.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, percebe-se o papel educativo da biblioteca como a realização de uma série de atividades educativas que incentivem a construção de competências em informação e a formação de leitores. Percebe-se também que a gama de competências necessária às atividades que dão eficácia ao papel educativo

da biblioteca, quando observada em sua amplitude, transcende a formação individual de bibliotecários e professores. Portanto, fica clara a necessidade de cooperação desses profissionais em bibliotecas escolares para que sua missão seja alcançada.

Contudo, as bibliotecas escolares são espaços negligenciados, em especial nas escolas públicas, as quais muitas vezes são geridas por profissionais da educação em fim de carreira ou com problemas de saúde, conforme mostrou o estudo de Russo (2012). Todavia, vislumbra-se uma mudança desse panorama a partir da aplicação da Lei Federal Nº12.244/2010, bem como com a mobilização dos profissionais da área para cobrar das instâncias governamentais ações que a viabilize.

O Plano Nacional de Educação reforça politicamente as diretrizes impostas pela Lei Federal 12.244/2010, corroborando assim com a universalização das bibliotecas em todos os sistemas de ensino brasileiros. Este também reforça diretrizes impostas pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura referentes à disponibilização de acervos de bens culturais ao magistério público.

Nesta perspectiva, conclui-se que a inserção da biblioteca e do bibliotecário nos sistemas de ensino é vista, à luz do PNE, como uma forma de fomentar a qualidade da educação básica. A biblioteca é vista como um ambiente de ação educativa e cultural, ao passo que o bibliotecário é visto como um agente da comunidade escolar que deve fomentar a mediação da leitura, respeitando as necessidades informacionais derivadas do meio educacional. Esse trabalho realizado em parceria com outros profissionais apresenta-se como condição para alcance dos objetivos propostos.

## REFERÊNCIAS

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v.2, n.1, p. 41-54, 2003. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/BEREV/article/view/257>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**, 2006. Disponível em: <[http://www2.cultura.gov.br/upload/PNLL\\_1185372866.pdf](http://www2.cultura.gov.br/upload/PNLL_1185372866.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 8: nov. 2014.

CAMPELLO, Bernadete et al. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 123-156, mai./ago., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p123>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CAMPELLO, Bernadete. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 184-208, 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional no brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/tese%20campello%202009.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA; GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/projetos/MIOLO.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática.

**Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, jan./abr. 2003. Disponível

em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth. **A information literacy e o papel educacional das**

**bibliotecas**. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação e Documentação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

GASQUE, Kelley. **Letramento Informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem.

Brasília: Editora FCI/UnB, 2012. Disponível em:

<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

GASQUE, Kelley. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da**

**Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

GASQUE, Kelley; TESCAROLLO, Ricardo. Desafios para implementar o letramento

informacional na educação básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 41-56, abr. 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/03.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro. CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. O bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão.

**Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.10, ed. esp., 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/331>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RUSSO, Mariza. O curso de biblioteconomia e gestão de unidades de informação da universidade federal do rio de janeiro e sua experiência com a gestão de bibliotecas

escolares. In: FÓRUM DE PESQUISA EM BIBLIOTECA ESCOLAR, 1., Belo Horizonte.  
**Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 54-74. Disponível em:  
<[http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=101&Itemid=90](http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=101&Itemid=90)>.

Editores do artigo: Adilson Luiz Pinto e Rafaela Paula Schmitz